

# Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sob risco de judicialização, governo espera R\$ 20 bi de compensação tributária.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça bloqueia R\$ 2,8 bi de entidades.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Motta mantém pressão e pauta texto para acelerar derrubada do IOF.....6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

O pacote fiscal e o risco político - CELSO MING.....8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo pede que reparação de fraude no INSS fique de fora de regras fiscais.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo prevê economia de R\$ 15 bi em dois anos.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Mais um pacote fiscal, mais aumento de impostos (Editorial).....11

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE  
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência complementar, rentabilidade sustentável no longo prazo (Artigo).....13

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

MP alternativa a IOF prevê R\$ 4,28 bi de corte de gastos em 2025.....15

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit da Previdência deve ser de R\$ 810 bilhões em 2040, diz estudo da FecomercioSP  
.....16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: Lula não pode contar com a Câmara para tirar dos ricos e dar aos pobres.....18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Soraya desafia colegas e promete endurecer.....21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Motta pauta votação de decreto do IOF.....23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Jogo de empurra à beira do abismo (Editorial).....24

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Afinal, o que quer o Congresso? - VERA MAGALHAES .....	26
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Setor produtivo publica manifesto contra MP e pede 'firmeza' ao Congresso .....	27
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Emendas viram cabo de guerra em debate sobre substituto ao IOF .....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Política é de "imobilidade social", diz economista .....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo prepara MP para reduzir impostos de chips para "data centers" .....	32
DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
STJ isenta impostos na ZFM ao consumidor .....	33
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Mexer nas despesas é inevitável, dizem analistas .....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Estamos tentando cobrar alguma coisa dos ricos para corrigir o país, diz Lula .....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Embate pode trazer mais uma derrota política para o governo (Editorial) .....	37

# Sob risco de judicialização, governo espera R\$ 20 bi de compensação tributária

*Jéssica Sant"Ana e Beatriz Olivon De Brasília*

A mudança na regra para compensações tributárias - créditos fiscais que as empresas têm direito para abater **tributos** devidos - é o principal item de arrecadação da Medida Provisória alternativa à alta do Imposto sobre Operações Financeiras, publicada na noite de quarta-feira (11). O governo espera arrecadar R\$ 10 bilhões em 2025 e mais R\$ 10 bilhões em 2026 com os critérios mais rígidos, que impedirão que determinados créditos sejam reconhecidos como válidos.

É uma forma de o Fisco tentar fechar a porta para algumas teses que circulam em um momento de corrida por créditos antes da vigência da **reforma tributária** do consumo, segundo advogados ouvidos pelo Valor. Há expectativa de judicialização do tema, por isso a arrecadação esperada pelo governo tem potencial incerto.

Ao todo, a MP prevê uma arrecadação de R\$ 10,5 bilhões em 2025 e de R\$ 20,87 bilhões em 2026, valores que incluem também mudanças na taxa dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), fintechs, empresas de apostas esportivas e títulos privados incentivados.

O valor de R\$ 20 bilhões foi referendado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Para mirar o centro da meta desse ano, nós estamos negociando dividendos extraordinários com as estatais, a questão do PL do óleo e essa questão [medidas em alternativa ao IOF], que deve gerar alguma coisa em torno de um pouco menos de R\$ 20 bilhões", afirmou Haddad.

Segundo o ministro, a expectativa com a série de medidas fiscais e mudanças em alíquotas de **impostos** federais é reduzir o gasto tributário em cerca de 5%. "Nosso objetivo com as medidas é reduzir o gasto tributário em alguma coisa de 5% dos R\$ 800 bilhões", disse. Afirmou também que os títulos privados incentivados isentos geram uma renúncia fiscal de R\$ 41 bilhões e que, diante do atual patamar da taxa de juros, o "país não está em condições de abrir mão de 100% do tributo que todo mundo paga quando compra um título do Tesouro".

Na avaliação de Haddad, a MP não afeta em nada a vida da população brasileira, "mas sim equilibra o

pagamento de tributo das instituições financeiras, corrige uma distorção de títulos isentos que está criando problemas para a economia do país, e a questão das bets."

Segundo Haddad, a queda da isenção dos títulos não vai gerar impacto financeiro no preço deles.

O texto da MP traz hipóteses em que a compensação tributária não será aceita: quando for apresentado Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) inexistente e quando a empresa fizer compensação de créditos cie Pis/Cofins cie atividade econômica de um setor diverso ao seu de origem.

Com isso, as empresas serão obrigadas a pagar os **tributos** que devem, evitando, segundo técnicos do governo, situações em que o contribuinte não tinha direito ao crédito e postergava o pagamento. O contribuinte, contudo, continuará com o direito à contestação, caso tenha seu pedido de compensação negado. Nesse caso, ele precisa apresentar um pedido de reconsideração, que será avaliado pelo Fisco.

Na exposição de motivos da MP, o governo afirma que identificou um "volume expressivo de compensações indevidas" e, muitas vezes, fraudulentas, o que estaria "prejudicando a arrecadação e o erário público e promovendo desequilíbrios concorrenciais". Segundo a área técnica do governo, a mudança só valerá para pedidos que se iniciarem a partir da publicação da MP.

Também há a visão no governo que serão mais atingidos os créditos presumidos de PIS/Cofins, ao invés dos ordinários, mas advogados ponderam que o texto não faz essa restrição. Para Luiz Roberto Peroba, sócio do Pinheiro Neto Advogados, as mudanças são exageradas, o que deve levar à judicialização. A medida preocupa, segundo ele, porque mostra o interesse do governo em restringir creditamentos às portas da **reforma tributária**, que depende muito do aproveitamento de créditos. "Todo o núcleo do funcionamento do IVA futuro Imposto sobre Valor Agregado] depende da devolução de receitas. Se o governo não honrar a devolução de créditos, o IVA cai por terra", afirma.

Ele exemplifica que há crédito legítimo sem Darf quando a empresa fez o pagamento via compensação,

teve decisão judicial favorável e agora quer fazer nova compensação.

Já o limite a compensações com créditos ligados à atividade principal trava uma tese que está popular: o aproveitamento de créditos de despesas com marketing, que se popularizou a partir de uma decisão favorável do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

A compensação "não declarada", diferente da "não homologada", leva o contribuinte direto para o status de devedor, na dívida ativa. "Não tem como discutir nem na esfera administrativa", explica Adriana Stamoto, do Trench Rossi Watanabe. O contribuinte, segundo o governo, poderá questionar, mas enquanto isso precisará pagar o tributo devido, não fazendo o abatimento.

Segundo a advogada, uma das situações legítimas que pode levar a pagamento sem Darf decorre da "tese do século" - a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) cie 2017. Há casos em que as empresas tinham saldo credor de PIS e Cofins para fazer compensações em decorrência da exclusão do ICMS sem Darf, afirma.

Outra situação que pode ser barrada, créditos sem relação com atividade econômica da empresa, remonta a uma discussão que já se arrastou entre Receita e contribuintes, sobre o que pode ser considerado in-sumo para fins de créditos de PIS e Cofins. Em 2018, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vinculou o direito de crédito na aquisição de insumos à avaliação da essencialidade e pertinência do bem ou serviço ante a atividade econômica do contribuinte.

O tema ainda gera discussões que são resolvidas pelo **Carf**, segundo Alessandro Mendes Cardoso, sócio do Rolim Goulart Cardoso. Para ele, com a MP corre-se o risco de uma discussão interpretativa, se o crédito decorre ou não de insumo vinculado à atividade econômica do contribuinte.

Para Felipe Kneipp Salomon, do Levy e Salomão Advogados, a imposição da restrição, com efeitos imediatos, cria impacto negativo de caixa que poderá ser prejudicial às empresas que se encontrem nessa situação. O advogado afirma que a nova medida provisória lembra a MP 1.227/2024, em que o governo restringia a compensação de créditos de PIS e Cofins. Essa parte da MP foi derrubada.

"As compensações sempre desorganizam as contas públicas. Quando tem uma decisão judicial de repercussão muito grande a tendência é que a Receita deixe de receber porque vai compensar o que o

judiciário mandou pagar", afirma Alessandra Brandão, sócia do escritório Marcelo Tostes Advogados.

Para Brandão, as medidas são razoáveis mas alguns questionamentos podem vir da proibição de créditos de PIS e Cofins decorrentes de atividade econômica que não guarde "qualquer" relação. A generalização e o uso de expressões que não são precisas como o "qualquer" gera questionamentos judiciais, segundo a advogada.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188230?page=20&section=1>

# Justiça bloqueia R\$ 2,8 bi de entidades

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou, ontem, que a Justiça Federal em Brasília bloqueou R\$ 2,8 bilhões em bens de entidades, empresas e investigados envolvidos nas fraudes em descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

De acordo com a AGU, os bloqueios foram deferidos nas 15 ações protocoladas pelo órgão para garantir o ressarcimento dos beneficiários.

Os valores bloqueados envolvem 12 entidades associativas e seus dirigentes, seis empresas de consultoria, dois escritórios de advocacia e três empresas.

As fraudes são investigadas na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que apura um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas, entre 2019 e 2024.

As ações judiciais fazem parte do trabalho do grupo especial montado pela AGU para buscar a recuperação do dinheiro descontado irregularmente dos aposentados.

Crédito extra

Também ontem, a AGU pediu

ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para que o governo federal abra crédito extraordinário no orçamento para viabilizar o ressarcimento dos descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas do **INSS**.

Na ação enviada ao STF, o órgão pede que os valores a serem usados na devolução não entrem no teto de gastos da União para os anos de 2025 e 2026. Para

garantir o pagamento, a AGU também quer uma decisão do Supremo para suspender a prescrição dos pedidos de ressarcimento dos descontos indevidos. De acordo com o órgão, a medida serve para proteger os segurados para que os pagamentos sejam feitos pela via administrativa, sem ações na Justiça.

O governo federal pediu ainda que todas as ações judiciais que tratam do ressarcimento sejam

suspensas para evitar a litigância em massa contra a União.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cerca de 4 milhões de ações sobre o assunto estão em tramitação no país.

Bloqueios

Até o momento, a Justiça Federal já determinou o bloqueio de R\$ 119 milhões em bens de empresas e investigados envolvidos nas fraudes em descontos irregulares nos benefícios.

No mês passado, a AGU pediu o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões contra 12 entidades associativas e 60 dirigentes.

As fraudes são investigadas na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que apura um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas. Estima-se que cerca de R\$ 6,3 bilhões foram descontados de aposentados e pensionistas entre 2019 e 2024.

As ações judiciais fazem parte do trabalho do grupo especial montado pela AGU para buscar a recuperação do dinheiro descontado irregularmente dos aposentados. (Agência Brasil)

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/06/13/all.pdf>

# Motta mantém pressão e pauta texto para acelerar derrubada do IOF

**I PEPITA ORTEGA, VICTOR OHANA e FERNANDA TRISOTTO**

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos- PB), disse ontem, em seu perfil no X, que o colégio de líderes da Casa decidiu pautar um requerimento de urgência para projeto de decreto legislativo que derrubaria os efeitos do decreto do governo que estabeleceu aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

"Conforme tenho dito nos últimos dias, o clima na Câmara não é favorável para o aumento de impostos com objetivo arrecadatário para resolver nossos problemas fiscais", afirmou Motta, no post.

Na quarta-feira à noite, a despeito das críticas do Congresso e de representantes do setor privado, o governo publicou medida provisória prevendo o aumento da tributação de aplicações financeiras, das bets e na distribuição de dividendos das empresas.

Também editou novo decreto recuando em parte das altas anteriores do IOF; é esse texto que está na mira do parlamentares.

Depois da manifestação de Motta, o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou que buscará um entendimento até a próxima segunda-feira, quando os deputados devem votar, em plenário, o pedido de urgência do projeto legislativo.

As declarações de Motta foram feitas depois de reunião de líderes partidários da Câmara, realizada na manhã de ontem. No encontro, Guimarães disse que vai preservar o diálogo, porque ainda não há discussão sobre o mérito do projeto que susta o decreto.

"Ao final (da reunião), por sugestão de líderes, especialmente da oposição, (foi decidido) que se pautasse um PDL (projeto de decreto legislativo, instrumento que tem força para derrubar medidas propostas pelo Executivo) para o novo decreto do IOF. E a maioria dos líderes nem sequer leu ainda o novo decreto. O presidente Hugo Motta nos comunicou ao final. Teve a manifestação de vários líderes contrários à urgência", disse.

Também pela manhã, o ministro da Fazenda,

Fernando Haddad, disse que os lobbies são mais rápidos do que o governo e atuam com muita força no Congresso. Mas defendeu o diálogo e se disse disposto a explicar o conjunto de medidas para ganhar apoio, ao ser questionado sobre a movimentação do Congresso para barrar as medidas alternativas ao decreto que elevou o IOF.

"Estou sempre disposto ao debate.

O que eu não gosto é a pessoa que xinga e sai correndo.

Aqui, não dá. Esse negócio de xingar e sair correndo é coisa de moleque de rua. Estou discutindo com o Congresso Nacional. Estou 100% disponível para visitar os presidentes, os líderes, as bancadas.

Quantas horas precisar.

Não tem dia para nós, do ponto de vista do interesse público", disse o ministro ao chegar ao ministério, referindo-se à confusão que acabou encerrando sua participação em audiência conjunta na Câmara, na quarta-feira.

Guimarães ressaltou que, apesar da urgência pautada por Motta, não houve acordo dos líderes sobre o mérito do projeto do governo. "Não é conteúdo, não é o mérito ainda.

Nós vamos trabalhar, o nosso governo e os nossos aliados aqui dentro, para buscarmos um entendimento até a segunda- feira", disse.

Para o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), houve tentativa da oposição de marcar posição contra o governo, movimento que disse ser incompreensível, porque, segundo ele, a revogação do novo decreto faz com que o decreto anterior sobre o IOF volte a vigorar.

O parlamentar disse que a votação da urgência "vai trazer confusão para a economia" e também acusou os líderes de não terem lido o decreto, porque um decreto substitui o outro.

"A gente não entendeu direito esse encaminhamento, porque, na verdade, o decreto novo, ao você revogar, você volta com o decreto anterior", disse.

"Parece uma medida inconsequente.

A gente espera tentar, até o começo da próxima semana, argumentar." Já o líder da oposição, deputado Luciano Zucco (PL-RS), celebrou a decisão de Hugo Motta. "Conseguimos avançar", afirmou. "Mostramos ao presidente Hugo Motta a importância de a urgência ser pautada na segunda-feira." GASTOS PRIMÁRIOS. Em defesa da medida provisória editada na quarta-feira, Guimarães argumentou que ela traz providências relacionadas ao gasto primário, com itens sobre o seguro-defeso e critérios para o Atestmed (sistema do **INSS** que permite aos segurados solicitar o benefício por incapacidade temporária). E reforçou que o governo está tentando "cumprir o arcabouço fiscal aprovado pelo Congresso".

Em relação às medidas, Haddad ponderou que o IOF tem a vantagem de entrar em vigor imediatamente e representar uma salvaguarda das contas públicas.

"Óbvio que o IOF tem dimensão regulatória, mas ela tem uma arrecadação importante."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O pacote fiscal e o risco político - CELSO MING

**CELSO MING**

CELSO MING COMENTARISTA DE ECONOMIA

Os atritos políticos ao redor do pacote fiscal vêm crescendo há dias e prometem ainda mais acirramento, dada a forte oposição do Congresso às medidas adotadas pelo ministro Fernando Haddad.

Até agora, o governo Lula se recusou a passar o facão nas despesas públicas porque teme perder voto popular. E é um comportamento que se repete. Se tiver, por exemplo, de rever o critério de correção do salário mínimo, que atualmente leva em conta a **inflação** do ano anterior e o avanço do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes, para cortar despesas com aposentadorias e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o presidente Lula imagina que enfrentaria reação negativa dos mais de 40 milhões de beneficiários do **INSS** e dos quase 6 milhões de beneficiários do BPC.

A lenga-lenga com esse pacote, a insistência em basear o ajuste no aumento de **impostos**, mais a recusa do governo a reduzir despesas, já começam a produzir enorme desaprovação entre as classes médias e os outros segmentos formadores de opinião, como os índices de avaliação do governo já vêm demonstrando.

Lula e Haddad dão mostras de má avaliação de risco. Não parecem se dar conta de que os riscos políticos gerados com os aumentos sistemáticos da carga tributária começam a ficar mais altos do que o custo político que fosse provocado por medidas de austeridade fiscal.

Em outros termos, do ponto de vista dos interesses eleitores do presidente Lula, começa a ficar difícil conferir o que é pior: se fazer o que tem de ser feito em relação aos cortes de despesas ou se continuar a enfrentar as resistências políticas do Congresso e da sociedade a esse pacote de renitente aumento de **impostos**.

Uma das características do jogo político, em qualquer país e em qualquer época, é a de que a demonstração de fragilidade de um ator político provoca o aumento de ataques dos seus oponentes com o objetivo de desestabilizá-lo de uma vez. Alguns desses

documentários da TV mostram que, se um grupo de focas estiver mal acomodado sobre um bloco de gelo, o grupo de orcas que o rodeia passa a agitar as águas ou a tentar revirar o bloco para caçar as focas. É o que se vê hoje no Brasil. Aumentaram tanto os sinais de fragilidade da jangada do presidente Lula que a oposição passou a redobrar suas forças para inviabilizar seu governo e sua reeleição.

Do ponto de vista do funcionamento da economia, já há um punhado de incertezas que provém dos desequilíbrios da atividade global, como o tarifaço de Trump, a desorganização dos fluxos de comércio mundial, a forte oscilação do valor das moedas e as guerras em curso.

E, na economia brasileira, há as incertezas provenientes do agravamento das contas públicas e da dívida, da **inflação** que roda acima do teto da meta e dos juros que têm de permanecer lá em cima por muito tempo.

A esse cenário de incertezas, somam-se as novas incertezas causadas pela perda de força política do governo Lula. I

#### Notícias Relacionadas:

- O LIBERAL - BELÉM - PA
- O pacote fiscal e o risco político
- O LIBERAL - BELÉM - PA
- O pacote fiscal e o risco político

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo pede que reparação de fraude no INSS fique de fora de regras fiscais

**MARIANA CARNEIRO LAVÍNIA KAUCZ BRASÍLIA**

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) aval para que o pagamento das restituições aos aposentados e pensionistas do **INSS** vítimas de descontos indevidos fique de fora das regras fiscais neste ano e no ano que vem. Ou seja, que essa despesa seja computada à parte dos limites da meta de superávit primário e também do teto de expansão de gastos do arcabouço fiscal, de 2023.

No pedido, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, a AGU solicita que a Corte reconheça a imprevisibilidade no surgimento de delitos revelados pela Operação Sem Desconto, da Polícia Federal (PF), e defende que seja aberto um crédito extraordinário para que a restituição seja agilizada.

Segundo apuração da Controladoria-Geral da União (CGU), descontos indevidos ocorrem pelo menos desde 2016.

O ministro da Previdência, Wolney Queiroz, disse na terça-feira, em audiência na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, que esses descontos podem gerar a necessidade de ressarcimentos "entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões, podendo chegar, no máximo, a R\$ 4 bilhões".

"Mas é só uma expectativa, é melhor esperar os dados do aplicativo", ponderou ele, frisando que o número total de fraudes ao **INSS** e o valor total do ressarcimento dependem diretamente das declarações, pelos aposentados e pensionistas, de que não reconhecem os descontos realizados em seus benefícios.

Na mesma audiência, ele disse que os aposentados "não podem esperar". "Acho que há um consenso quanto a isso. O que não pode é ficar no esquecimento. Essa é a determinação do presidente (Lula), ir atrás de dinheiro das associações fraudulentas, para ressarcir o governo, que vai ressarcir os aposentados", disse o ministro.

**BLOQUEIO.** O governo solicitou o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões de 12 entidades investigadas para cobrir esses pagamentos, mas esse dinheiro efetivamente não foi

recuperado e não há previsão se ainda será, uma vez que a investigação suspeita que algumas das entidades eram apenas de fachada.

A AGU também pediu que o STF suspenda todos os processos judiciais em curso no País que buscam responsabilizar a União e o **INSS** pelos descontos indevidos. A União pleiteia em liminar a suspensão imediata, e depois, no mérito, a declaração de inconstitucionalidade dessas decisões.

A AGU argumenta que a revelação da fraude, praticada por entidades associativas, agravou a judicialização contra a Previdência. O órgão também alega que a suspensão dos processos é necessária para preservar a capacidade administrativa do **INSS** de processar os pedidos de restituição.

Na petição, a AGU sustenta que há decisões conflitantes sobre os temas na Justiça, e algumas delas têm imputado à União e ao **INSS** o pagamento em dobro do valor a ser ressarcido pelos descontos ilegais.

Segundo a AGU, existem mais de 65 mil ações judiciais que pedem a responsabilização da União e do **INSS** pelos descontos ilegais nos benefícios de aposentados do **INSS**.

A estimativa da AGU é de que o impacto dessas ações chegue a R\$ 1 bilhão e que a judicialização continuará crescendo, já que há mais de 9 milhões de segurados potencialmente.

O governo acionou na Justiça 12 entidades que foram beneficiadas com os descontos.

"Enquanto em janeiro de 2024 foram identificadas 412 novas ações, em maio de 2025 o número de novos processos sobre o tema foi de 10.923, em curva que, certamente, continuará cada vez com ascendência mais acentuada. Nesse período de janeiro de 2024 a maio de 2025, já se totalizam mais de 65 mil ações, perfazendo um impacto estimado em quase R\$ 1 bilhão", informou a AGU na ação ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF) que pede a suspensão de todos os processos judiciais em curso sobre o tema. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo prevê economia de R\$ 15 bi em dois anos

**Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta De Brasília**

As medidas pelo lado das despesas incluídas na Medida Provisória (MP) alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) vão gerar um alívio, seja na forma de economia, seja na redução de pressão sobre o limite de gastos, de R\$ 4,3 bilhões em 2025 e R\$ 10,7 bilhões em 2026, segundo o Ministério da Fazenda.

Para este ano, a medida de maior impacto será a limitação do seguro-defeso à dotação orçamentária inicial, com uma economia prevista de R\$ 1,6 bilhão. No próximo ano, a economia seria de R\$ 1,7 bilhão. Já a limitação da Compensação Previdenciária (Comprev) à dotação orçamentária inicial pode economizar R\$ 1,5 bilhão em cada ano.

A revisão das regras do Atest-med (concessão de auxílio-doença por atestado digital, sem perícia médica) deve ter impacto de R\$ 1,2 bilhão neste ano e de R\$ 2,6 bilhões no próximo. As regras estabeleceram que o prazo de duração do auxílio-doença por Atest-med passa dos atuais 180 dias para 60 dias, até chegar em 30 dias.

Já a inclusão do Pé-de-Meia no rol de despesas que contam para o piso constitucional da educação não deve produzir efeitos fiscais para este ano, segundo a pasta. Para 2026, o impacto previsto é de uma redução de pressão sobre as despesas de R\$ 4,8 bilhões. O ministério, contudo, não explicou como essa economia seria gerada, já que a mudança não abre espaço fiscal novo, apenas permite um remanejamento das despesas.

Na avaliação do economista Felipe Salto, da Warren Rena, as medidas são positivas, mas "com baixo potencial de geração de economias a curto prazo". Segundo ele, a ação relacionada ao Pé-de-Meia pode render algum espaço na despesa, mas isso somente caso seja usada para cumprir o piso da educação sem que outro gasto extra piso substitua essa despesa.

A medida provisória transforma o seguro-defeso e o Comprev em despesas obrigatórias com controle de fluxo, ou seja, estarão limitadas à previsão orçamentária do ano. O primeiro é um tipo de seguro-desemprego pago a pescadores durante o período em que a atividade é proibida. O Comprev é um acerto

financeiro que acontece entre o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) e os Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS) quando há migração de segurados.

Atualmente, essas duas despesas são obrigatórias sem controle de fluxo. Ou seja, se há um aumento das concessões do seguro-defeso ou das compensações do Comprev acima do estimado na lei orçamentária, o valor precisa ser revisto e incluído, o que resulta na contração de despesas discricionárias.

Com a mudança, se não houver dotação orçamentária, o governo pode parar a execução das despesas obrigatórias com controle de fluxo, o que confere a elas um caráter similar ao das despesas discricionárias (não obrigatórias).

"No caso do seguro-defeso, isso implica parar as concessões de benefícios. Mas no caso da previdência tenho dúvidas de como isso vai ocorrer, já que há uma obrigação legal de compensação entre os regimes", explica Tiago Sbardelotto, economista da XP.

Sbardelotto afirma que há possibilidade de judicialização, em especial no caso do Comprev, em que deve haver questionamentos por parte de Estados e municípios que têm regimes próprios de Previdência.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188230?page=20&section=1>

# Mais um pacote fiscal, mais aumento de impostos (Editorial)

Por *Rafaela Vitoria*

Virou uma rotina no Brasil discutir "novas" medidas fiscais. Todo ano observamos a dificuldade do governo na sua execução orçamentária e, com recorrência, propostas de aumento de **impostos** para cobrir o rombo. No mais recente anúncio, o aumento do IOF, teve uma recepção tão negativa, inclusive com a possibilidade de derrubada do decreto pelo Congresso, que o governo negocia um novo pacote de aumento de **impostos** para substituí-lo ainda que parcialmente. O governo falha duramente na tarefa de planejamento do orçamento público, com recorrente subestimação de gastos, tanto no curto prazo como na visão mais longa da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Com juro real acima de 7% nos títulos longos do Tesouro e próximo a dois dígitos implícito na taxa Selic, observamos que o elevado prêmio de risco devido ao desarranjo das contas públicas causa custo na dívida pública e sua consequente trajetória de alta. A falta de confiança na política fiscal gera um custo alto para a economia e ainda não vemos a urgência do governo no sentido de buscar a credibilidade. A solução será novamente mais um pacote paliativo de aumento de **tributos** no curto prazo, deixando para 2027 uma discussão estrutural sobre como voltar a ter superávit fiscal.

Para se ter uma ideia do rombo, a dívida bruta cresceu cerca de 5 pontos percentuais para 76,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) desde 2022, devendo, inclusive, superar 80% até o final do atual mandato. Uma alta que deve chegar a 10 pontos percentuais (p.p.) em 4 anos e que ocor-

re em um cenário de crescimento médio anual do **PIB** de cerca de 3% ao ano, enquanto a taxa de desemprego marcou a mínima histórica em 6,6% no último trimestre findo em abril. De fato, as receitas administradas pelo governo federal tiveram alta real de 15% nos últimos 3 anos.

Por que mesmo com a economia crescendo e a arrecadação mais alta, ainda discutimos o colapso das contas públicas? O Congresso já analisou e aprovou inúmeras Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e Projetos de Leis (PLs) e ainda não chegamos a uma solução duradoura.

O atual governo iniciou seu mandato com o objetivo de chegar no seu 4- ano com superávit primário próximo de 1 % do **PIB**. O desenho do arcabouço proposto indicava que o ajuste fiscal seria alcançado gradualmente com o crescimento das receitas em um ritmo maior que o crescimento das despesas. De fato, em menos de três anos, o governo conseguiu um significativo aumento da arrecadação, em média de 5% ao ano acima da **inflação**, o equivalente a 1,3 p.p. do **PIB** até agora. Ainda assim, saímos de um superávit de 0,5% do **PIB** em 2022 para um déficit estimado de 0,6% em 2025.

O recente estudo do IFI, instituição independente do Senado, aponta que o déficit primário estrutural subiu de 1,4% em 2023 para 1,7% em 2024. Mas o que falhou no atual desenho do arcabouço? Sem mecanismos claros de contenção do crescimento de gastos, o aumento de receita não leva a uma melhora do resultado primário. Isso porque nosso orçamento mantém diversas vinculações que vão gerando gastos crescentes nos anos seguintes, incluindo gastos de outros entes

como Estados e municípios, devido à maior transferência de recursos principalmente via os fundos de participação.

São inúmeros os exemplos de crescimento acelerado de despesas na primeira metade do governo. Entre os destaques, os gastos sociais tiveram alta de cerca de R\$ 200 bilhões para R\$ 400 bilhões por ano, principalmente nos programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ainda assim, o governo segue criando novos benefícios como Pé de Meia e Vale Gás, com estimativas de gastos adicionais de R\$ 20 bilhões por ano, sem a devida análise de impacto nem a necessária revisão no cadastro único.

Na outra ponta, penduricalhos da elite do setor público crescem e fica cada vez mais distante a aprovação do limite aos supersalários. Essa multiplicação de programas e expansão acelerada de gastos abriu as portas para inúmeras irregularidades e fraudes que acompanhamos quase que diariamente pela mídia.

Os esforços de calibrar a gestão dos recursos públicos são insuficientes e nem mesmo o anúncio do próprio

governo de "pente fino" vem gerando resultados esperados. Por exemplo, em julho do ano passado, o governo anunciou uma economia de cerca de R\$ 25,9 bilhões com revisões no Instituto Nacional do Seguro So-

cial (**INSS**) e BPC, mas o que se viu foi uma revisão de alta de R\$ 19,5 bilhões nessas despesas combinadas no primeiro relatório bimestral do Tesouro apresentado em maio desse ano.

O anúncio de aumento do IOF espantou todos os setores produtivos da economia. Em mais um imprevisto e sem a devida avaliação técnica, o governo se valeu de um imposto regulatório para aumentar a arrecadação em R\$ 20 bilhões, enquanto se elevava a estimativa total dos gastos obrigatórios em R\$ 36,4 bilhões. A resistência criada leva o governo de volta à negociação de outras medidas, mas seu anúncio frustra mais uma vez, pelo foco em novos aumentos de **impostos** e ausência de medidas estruturais de contenção da expansão dos gastos.

Apesar de várias distorções na tributação de rendimentos financeiros, as propostas são tímidas no caminho da harmonização, além de onerarem ainda mais o custo de capital. Com **inflação** persistente e acima da meta e **PIB** crescendo acima do potencial, desestimular o investimento nesse momento não parece ser uma boa ideia.

A boa notícia é que aprendemos importantes lições do último período de ajuste fiscal entre 2016 e 2022, mesmo após os gastos extraordinários da pandemia e subsequentes furos no teto de gasto. Entre as mais importantes, a desvinculação de despesas é fundamental, principalmente em um cenário de expansão acelerada da arrecadação. O crescimento real dos benefícios sociais também precisa ser revisto, além de uma reavaliação das regras e possível consolidação de programas, para que possam ser mais focalizados e mais eficientes.

Do outro lado do espectro das despesas, é necessário aprovar com urgência um limite aos su-persalários, juntamente com a reforma da Previdência dos militares. Precisamos de medidas tanto de impacto moral como financeiro no controle dos gastos.

O planejamento do orçamento precisa levar em conta não somente as metas do ano corrente, mas a meta de voltarmos a ter superávit primário nos próximos anos. Ou os pacotes fiscais continuarão a ser recorrentes e apenas focados no aumento de **impostos**.

Rafaela Vitoria é economista-chefe do Inter.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

Mais um pacote fiscal, mais aumento de **impostos**

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188230?page=20&section=1>

# Previdência complementar, rentabilidade sustentável no longo prazo (Artigo)

**Ricardo Serone**

A rentabilidade consistente e sustentável ao longo do tempo é um dos principais atrativos da **previdência complementar** fechada, que se consolida como uma alternativa estratégica para garantir segurança financeira na aposentadoria, diante de um sistema previdenciário público cada vez mais desafiador no Brasil.

Estudos históricos demonstram que os fundos de pensão proporcionam retornos superiores aos de diversas modalidades de investimento. Levantamento com base nos dados das entidades fechadas de **previdência complementar** (EFPCs) mostra que, nos últimos dez anos, a rentabilidade mediana do sistema foi de 155,56%, acima do retorno de 141,86% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e de 78,60% da poupança no mesmo período.

Esses resultados evidenciam a capacidade dos fundos de pensão de gerar ganhos expressivos no horizonte de longo prazo, mesmo diante de crises econômicas e oscilações nos mercados financeiros. Embora as variações de rentabilidade no curto prazo possam gerar preocupações, é essencial compreender que essas flutuações são características inerentes ao mercado de investimentos.

Fatores macroeconômicos, como alterações nas taxas de juros, **inflação** e volatilidade cambial, influenciam o desempenho dos ativos. No entanto, a gestão profissional das EFPCs adota estratégias diversificadas e criteriosas para mitigar riscos e maximizar retornos ao longo do tempo.

O foco no horizonte mais alongado dilui os impactos das oscilações momentâneas, permitindo que ganhos consistentes prevaleçam. Importante observar ainda que as EFPCs são reguladas por normas rigorosas, que garantem a transparência e a segurança dos recursos aportados.

A **previdência complementar** fechada, contudo, oferece benefícios que vão além da rentabilidade. Uma das características mais atrativas desse modelo é a contribuição compartilhada. Em grande parte dos planos, as empresas patrocinadoras aportam recursos para o fundo, em conjunto com os participantes.

Essa parceria reforça o saldo acumulado e reflete o compromisso das organizações com o bem-estar financeiro de seus colaboradores.

A flexibilidade desse modelo permite ainda adaptar os planos às necessidades específicas dos grupos participantes. Isso inclui a definição personalizada das condições e benefícios, atendendo diferentes perfis e objetivos financeiros. Assim, trabalhadores podem planejar sua aposentadoria com maior previsibilidade e segurança. Ademais, as condições negociadas em grupo reduzem custos administrativos e aumentam a eficiência dos investimentos. Entre os benefícios desse sistema, estão também os incentivos fiscais, com a possibilidade de dedução de parte das contribuições da base de cálculo do Imposto de Renda.

No entanto, para aproveitar plenamente as vantagens da **previdência complementar**, é fundamental compreender seu funcionamento. A educação financeira desempenha um papel crucial ao ajudar os indivíduos a entenderem os ciclos econômicos, as estratégias de investimento e as oscilações do mercado.

A **previdência complementar** é desenhada para proporcionar benefícios futuros, geralmente após uma década ou mais de contribuição, o que reforça a necessidade de manter esse prazo em perspectiva. Ela tem o papel de garantir a realização de planos de longo prazo e uma aposentadoria sem sobressaltos financeiros, em um momento em que a busca por alternativas ao sistema público de previdência torna-se cada vez mais urgente no Brasil, especialmente diante das mudanças demográficas e econômicas que pressionam o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a taxa de fecundidade caiu para 1,57 filho por mulher em 2023 e deve se reduzir ainda mais até 2040. Simultaneamente, a expectativa de vida ao nascer aumentou para 76,4 anos. Com menos contribuintes ativos e mais beneficiários, torna-se cada vez mais necessário buscar alternativas para assegurar uma aposentadoria digna, já que a previdência pública apresenta sucessivos saldos negativos. Conforme o Ministério da Fazenda, o déficit do setor está R\$311 bilhões,

no acumulado de 12 meses até março de 2025, evidenciando a insustentabilidade do modelo atual e as expectativas nada positivas para quem depende apenas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) para se aposentar.

Diante dessas

crescentes pressões, investir em **previdência complementar** não é apenas uma decisão financeira inteligente; é um compromisso com a construção de um futuro sustentável. Empresas e trabalhadores precisam unir esforços para enfrentar os desafios da aposentadoria no Brasil. Ao oferecer rentabilidade superior, segurança no longo prazo e benefícios adicionais, a **previdência complementar** representa uma solução estratégica para assegurar qualidade de vida na terceira idade.

Ricardo Serone é diretor financeiro e de investimentos da BB Previdência E-mail serone@bbprevidencia.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Ricardo Serone

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE

**Previdência complementar**, rentabilidade sustentável no longo prazo

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188230?page=12&section=2>

# MP alternativa a IOF prevê R\$ 4,28 bi de corte de gastos em 2025

**Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil**

A medida provisória (MP) que pretende compensar a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) prevê um corte de gastos obrigatórios de R\$ 4,28 bilhões em 2025, divulgou na noite dessa quinta-feira (12) o Ministério da Fazenda. Para 2026, a economia está estimada em R\$ 10,69 bilhões.

Os números foram compilados pelo Tesouro Nacional. Mais cedo, a **Receita Federal** havia divulgado que a MP reforçaria o caixa do governo em R\$ 10,5 bilhões em 2025 e em R\$ 20,87 bilhões em 2026.

Nos últimos dias, houve uma série de críticas de parlamentares de que o pacote fiscal do governo não promoveria corte de gastos, o que foi desmentido após a publicação da MP. No entanto, o Ministério da Fazenda levou quase 24 horas após a edição da medida provisória para esclarecer os impactos das medidas de redução de despesas obrigatórias.

As economias estimadas são as seguintes:

Inserção do programa Pé-de-Meia no piso constitucional da educação: R\$ 4,818 bilhões em 2026;

Limitação a 30 dias de benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) a benefícios concedidos pelo Atestmed, sistema de atestado médico digital do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**): R\$ 1,21 bilhão em 2025 e R\$ 2,616 bilhões em 2026. Após esse prazo, será exigida perícia médica presencial;

Teto para a compensação financeira que União paga a regimes de previdência dos servidores estaduais e municipais para incorporar o tempo de serviço no **INSS**, com valor limitado à verba definida na sanção do Orçamento: R\$ 1,5 bilhão em 2025 e R\$ 1,55 bilhão em 2026;

Ajustes nos critérios para a concessão de Seguro Defeso, auxílio para pescadores durante o período do defeso, com homologação do registro de pescador pela prefeitura e teto limitado ao valor definido na sanção do Orçamento: R\$ 1,575 bilhão em 2025 e R\$ 1,703 bilhão em 2026.

Justificativas

Em relação ao Pé-de-Meia, o Ministério da Fazenda explicou, em nota, que a inclusão do programa no piso constitucional da educação a partir do próximo ano permite que o aumento dos gastos discricionários (não obrigatórios) em educação decorrente do piso possam financiar o programa. Segundo a pasta, a medida garante sustentabilidade fiscal do programa, ao otimizar a distribuição de recursos.

Sobre as mudanças no Atestmed, o ministério argumentou que a medida pretende dar prioridade ao benefício por incapacitação temporária a quem precisa. A nota ressaltou que uma norma infralegal (sem a necessidade de votação no Congresso) deve passar a autorizar o julgamento de mérito dos requerimentos no Atestmed pelo médico perito. Dessa forma, o profissional vai poder discordar parcial ou totalmente dos atestados médicos incluídos no sistema, inclusive em relação aos prazos de afastamento.

A instituição de um teto no seguro defeso, informou a Fazenda, o cadastro dos pescadores foi aperfeiçoado, com o registro sendo homologado não apenas no Ministério da Pesca e Aquicultura, mas pelas prefeituras ou governos estaduais. Segundo a pasta, a limitação do valor pago ao aprovado no Orçamento tem como objetivo tornar o programa sustentável.

Sobre os gastos com a compensação da União às previdências de **servidores públicos** estaduais e municipais, a pasta informou que o teto da dotação orçamentária inicial tem o objetivo de aumentar a eficiência na análise dos processos em que o governo federal é credor dos entes (estados e municípios). A Fazenda quer estimular o encontro de contas entre o que a União deve aos regimes de previdência estaduais e municipais e o que ela tem a receber deles.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-06/mp-alternativa-iof-preve-r-428-bi-de-corte-de-gastos-em-2025>

# Déficit da Previdência deve ser de R\$ 810 bilhões em 2040, diz estudo da FecomercioSP

**Cristiane Gercina**

O governo federal deveria enviar ao Congresso uma nova reforma da Previdência, com endurecimento das regras de aposentadoria do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e outros regimes. É o que defendem FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) e CNS (Confederação Nacional de Serviços).

Para as entidades, a reforma da Previdência de 2019 não está sendo suficiente para manter a saúde financeira da Previdência, que pode acumular déficit de R\$ 810 bilhões até 2040 em todos os regimes, de acordo com estudo da federação.

A Fecomercio elenca oito propostas de mudanças, incluindo idade mínima de 65 anos para todos os segurados -hoje, mulheres se aposentam aos 62 anos de idade-, fim de benefícios especiais, criação de sistema de capitalização e unificação de regras para trabalhadores do regime geral, servidores e militares.

Já a CNS tem proposta voltada apenas ao RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**), que inclui um novo tipo de contribuição previdenciária, zerando a contribuição patronal atual para todas as empresas e diminuindo as alíquotas dos trabalhadores.

André Sacconato, assessor econômico da FecomercioSP, afirma que a reforma da Previdência é "para antontem".

"Já temos um déficit beirando meio trilhão de reais e, em mais dez anos, pode chegar perto de 1 trilhão; não dá. Isso é aproximadamente 4,1% do **PIB** [Produto Interno Bruto], o que significa que um sobre 25 de tudo que se produz no país no ano inteiro é para a Previdência. Então, é muito urgente."

Sacconato é coordenador dos trabalhos econômicos da federação, que tem levantado os gargalos em várias áreas. O economista defende a mudança nas regras dos benefícios e diz que elas devem, por "justiça", afetar todos os regimes, incluindo **INSS**, **servidores públicos** e militares.

Segundo Sacconato, o déficit maior, em percentual, está no benefício rural, que corresponde a 41% de todo o rombo. Isso ocorre, diz ele por causa da quantidade de benefícios pagos e não pelo valor, já que a maioria recebe um salário mínimo, hoje em R\$ 1.518.

"Pelo fato de que eles [os trabalhadores rurais] não precisam contribuir, o benefício é praticamente um déficit direto. Eles só precisam comprovar 15 anos de atividade rural e ter 60 anos de idade para os homens e 55 para as mulheres."

Para o economista, no entanto, é preciso levar em consideração fatores regionais, e as diferenças entre os trabalhos rurais e urbanos. Sacconato reconhece que o trabalhador rural tem um desgaste maior de sua saúde e um envelhecimento mais precoce por conta das peculiaridades da atividade.

"Deve ser discutida a heterogeneidade de regiões. Do mesmo jeito que quem ganha R\$ 500 em Maceió ganha mais do que quem ganha R\$ 500 em São Paulo, porque o custo de vida menor, há que se entender a diferença clara entre rural e urbano", diz.

"Não adianta nada elevarmos a idade mínima da aposentadoria para 70 para todo mundo e expectativa de vida no campo seja de 68. Mas temos de ir ajustando em outros canais."

Luigi Nese, presidente da CNS, defende a aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) 63, em tramitação no Congresso. A medida acaba com as contribuições sobre a folha de salários e sobre a receita ou faturamento e implementa a contribuição sobre movimentação ou transmissão de valores.

Para ele, o modelo reduziria o custo Brasil, com aumento das exportações, da competitividade e dos investimentos, e traria crescimento do **PIB** em 1,2% e aumento de 1,8% nas contratações formais.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/06/deficit-da-previdencia-deve-ser-de-r-810-bilhoes-em-2040-diz-estudo-da-fecomerciosp.shtml>**

# Análise: Lula não pode contar com a Câmara para tirar dos ricos e dar aos pobres

**Luiz Carlos Azedo +**

Popularizada nos anos 1970 pelos economistas neoliberais, a Curva de Laffer é uma tese do economista norte-americano Arthur Laffer, que lhe empresta o nome, segundo a qual a redução de **impostos** é uma forma de aumentar a arrecadação. Foi adotada pelo presidente Ronald Reagan. Laffer fez parte de seu governo e é considerado o pai da corrente econômica que estuda os impactos causados pela diminuição da carga tributária na **inflação**, emprego, produtividade etc.

De acordo com sua teoria, os consumidores se beneficiam de uma maior oferta de bens e serviços a preços mais baixos e as oportunidades de emprego aumentam. Já com o imposto excessivo, as pessoas evitam pagar (evasão, sonegação) ou a economia desacelera, o que provoca queda de arrecadação. Usando cálculos matemáticos, Laffer estabeleceu um ponto de máxima arrecadação: acima disso, aumentar **tributos** provocaria queda de receita.

Brasil enfrenta uma crise fiscal estrutural, caracterizada por alta carga tributária, grande volume de renúncias fiscais, crescimento contínuo das despesas obrigatórias (previdência, funcionalismo, saúde, educação) e dificuldade de elevar a arrecadação sem frear o crescimento ou aumentar a desigualdade. Esse cenário macroeconômico é quase um consenso nacional.

Na teoria, **impostos** em cascata e sobre produção podem, sim, provocar redução de base tributária; reduzir **impostos** para os serviços e a indústria pode ampliar a arrecadação. Entretanto, essas conclusões não resolvem o problema do gasto obrigatório crescente, inclusive com emendas parlamentares. Também não se pode afirmar que o Brasil está acima do teto da curva de Laffer. Ou seja, nada garante que baixar ou congelar os **tributos** vá aumentar a arrecadação, porque a informalidade e a evasão fiscal decorrem muito mais das desigualdades e complexidade da nossa realidade econômica do que nível das alíquotas de **impostos**.

Nesse cenário, o governo Lula tenta tributar setores beneficiados por isenções fiscais que não fazem mais sentido, combater a sonegação e a elisão, mas a questão fiscal é mais complexa, depende da

implantação da **reforma tributária**, do redirecionamento das despesas públicas e da melhoria da qualidade da administração pública. É aí que sai a equipe econômica e entram os políticos.

Negócios ou bem comum

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ontem, anunciou que a porá em votação nos próximos dias um pedido de urgência para derrubar o novo decreto do governo federal que trata do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A decisão foi tomada durante reunião de líderes partidários. Conforme tenho dito nos últimos dias, o clima na Câmara não é favorável para o aumento de **impostos** com objetivo arrecadatório para resolver nossos problemas fiscais, disse.

O novo decreto do IOF foi publicado na quarta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de uma negociação entre o próprio Motta, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O novo decreto também prevê aumento do tributo, mas em menor escala. Houve, porém, uma forte reação dos setores afetados pelas novas medidas, entre os quais o agronegócio, a construção civil e as bets. Todos os setores que perderiam isenções fiscais fizeram lobby para pressionar o Congresso. A resistência da oposição já era esperada, mas, a do Centrão, nem tanto. Na verdade, Motta deu um passo maior do que as pernas e depois teve que voltar atrás no acordo com equipe econômica.

Em resposta, em Mariana (MG), num evento sobre o Acordo do Rio Doce, o presidente Lula disse que não foi eleito para criar benefício para rico e defendeu os gastos sociais feitos pelo governo. Rebateu críticas de empresários e banqueiros que desejam redução de despesas. Vocês sabem quanto que nós gastamos com ricos? Vocês sabem quantos bilhões a gente dá de isenção para os ricos desse país que não pagam **impostos**? R\$ 860 bilhões. É quatro vezes o Bolsa Família. O que a gente dá para eles é investimento, o que a gente dá para vocês é gasto, exemplificou.

Mas Lula precisa combinar com deputados e senadores. Nos bastidores do Congresso, pode-se dizer que a política como negócio engoliu política como bem comum. Os dois conceitos são do filósofo

e sociólogo alemão Max Weber, numa palestra célebre de 1919: A política como vocação (Politik als Beruf). Ele apresenta essa diferenciação como parte de uma análise mais ampla da ética e das vocações na sociedade. A política do bem comum é pautada pelo idealismo, voltada ao interesse público e à responsabilidade. O político age comprometido com causas coletivas, guiado por uma vocação no sentido quase religioso ou pela ética da responsabilidade.

A política como negócio, para Weber, porém, também faz parte do jogo, é inerente à democracia e ao capitalismo. É praticada como forma de ganhar a vida, buscar poder ou benefícios pessoais, faz da política uma profissão lucrativa ou meio de acesso a privilégios. Sua ética é determinada pelos objetivos, pela convicção, e não pela legitimidade dos meios. Hoje, como se sabe, a política como negócio é amplamente majoritária no Congresso, mas somente a turma do agronegócio põe a cara na reta e assume essa condição. A maioria dos nossos políticos diz que defende o bem comum. Será?

Popularizada nos anos 1970 pelos economistas neoliberais, a Curva de Laffer é uma tese do economista norte-americano Arthur Laffer, que lhe empresta o nome, segundo a qual a redução de **impostos** é uma forma de aumentar a arrecadação. Foi adotada pelo presidente Ronald Reagan. Laffer fez parte de seu governo e é considerado o pai da corrente econômica que estuda os impactos causados pela diminuição da carga tributária na **inflação**, emprego, produtividade etc.

De acordo com sua teoria, os consumidores se beneficiam de uma maior oferta de bens e serviços a preços mais baixos e as oportunidades de emprego aumentam. Já com o imposto excessivo, as pessoas evitam pagar (evasão, sonegação) ou a economia desacelera, o que provoca queda de arrecadação. Usando cálculos matemáticos, Laffer estabeleceu um ponto de máxima arrecadação: acima disso, aumentar **tributos** provocaria queda de receita.

Brasil enfrenta uma crise fiscal estrutural, caracterizada por alta carga tributária, grande volume de renúncias fiscais, crescimento contínuo das despesas obrigatórias (previdência, funcionalismo, saúde, educação) e dificuldade de elevar a arrecadação sem frear o crescimento ou aumentar a desigualdade. Esse cenário macroeconômico é quase um consenso nacional.

Na teoria, **impostos** em cascata e sobre produção podem, sim, provocar redução de base tributária; reduzir **impostos** para os serviços e a indústria pode ampliar a arrecadação. Entretanto, essas conclusões não resolvem o problema do gasto obrigatório

crescente, inclusive com emendas parlamentares. Também não se pode afirmar que o Brasil está acima do teto da curva de Laffer. Ou seja, nada garante que baixar ou congelar os **tributos** vá aumentar a arrecadação, porque a informalidade e a evasão fiscal decorrem muito mais das desigualdades e complexidade da nossa realidade econômica do que nível das alíquotas de **impostos**.

Nesse cenário, o governo Lula tenta tributar setores beneficiados por isenções fiscais que não fazem mais sentido, combater a sonegação e a elisão, mas a questão fiscal é mais complexa, depende da implantação da **reforma tributária**, do redirecionamento das despesas públicas e da melhoria da qualidade da administração pública. É aí que sai a equipe econômica e entram os políticos.

Negócios ou bem comum

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ontem, anunciou que a porá em votação nos próximos dias um pedido de urgência para derrubar o novo decreto do governo federal que trata do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A decisão foi tomada durante reunião de líderes partidários. Conforme tenho dito nos últimos dias, o clima na Câmara não é favorável para o aumento de **impostos** com objetivo arrecadatório para resolver nossos problemas fiscais, disse.

O novo decreto do IOF foi publicado na quarta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de uma negociação entre o próprio Motta, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O novo decreto também prevê aumento do tributo, mas em menor escala. Houve, porém, uma forte reação dos setores afetados pelas novas medidas, entre os quais o agronegócio, a construção civil e as bets. Todos os setores que perderiam isenções fiscais fizeram lobby para pressionar o Congresso. A resistência da oposição já era esperada, mas, a do Centrão, nem tanto. Na verdade, Motta deu um passo maior do que as pernas e depois teve que voltar atrás no acordo com equipe econômica.

Em resposta, em Mariana (MG), num evento sobre o Acordo do Rio Doce, o presidente Lula disse que não foi eleito para criar benefício para rico e defendeu os gastos sociais feitos pelo governo. Rebateu críticas de empresários e banqueiros que desejam redução de despesas. Vocês sabem quanto que nós gastamos com ricos? Vocês sabem quantos bilhões a gente dá de isenção para os ricos desse país que não pagam **impostos**? R\$ 860 bilhões. É quatro vezes o Bolsa Família. O que a gente dá para eles é investimento, o que a gente dá para vocês é gasto, exemplificou.

Mas Lula precisa combinar com deputados e senadores. Nos bastidores do Congresso, pode-se dizer que a política como negócio engoliu política como bem comum. Os dois conceitos são do filósofo e sociólogo alemão Max Weber, numa palestra célebre de 1919: A política como vocação (Politik als Beruf). Ele apresenta essa diferenciação como parte de uma análise mais ampla da ética e das vocações na sociedade. A política do bem comum é pautada pelo idealismo, voltada ao interesse público e à responsabilidade. O político age comprometido com causas coletivas, guiado por uma vocação no sentido quase religioso ou pela ética da responsabilidade.

A política como negócio, para Weber, porém, também faz parte do jogo, é inerente à democracia e ao capitalismo. É praticada como forma de ganhar a vida, buscar poder ou benefícios pessoais, faz da política uma profissão lucrativa ou meio de acesso a privilégios. Sua ética é determinada pelos objetivos, pela convicção, e não pela legitimidade dos meios. Hoje, como se sabe, a política como negócio é amplamente majoritária no Congresso, mas somente a turma do agronegócio põe a cara na reta e assume essa condição. A maioria dos nossos políticos diz que defende o bem comum. Será?

**Site:**

**<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/06/7172308-analise-lula-nao-pode-contar-com-a-camara-para-tirar-dos-ricos-e-dar-aos-pobres.html>**

# Soraya desafia colegas e promete endurecer

» ALÍCIA BERNARDES\*

Mesmo com o relatório final da CPI das Apostas Esportivas rejeitado, por quatro votos a três, a senadora Soraya Thronicke (Po-demos-MS) afirmou que continuará atuando para endurecer as regras do setor. Ela anunciou que levará o conteúdo do relatório e os documentos obtidos pela comissão ao Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República (PGR), Supremo Tribunal Federal (STF) e Polícia Federal (PF). "Todos os brasileiros saberão que não terminou e não terminará em pizza. Eu não sou a pizzaio-la", declarou.

A votação refletiu o embate político que marcou os sete meses de trabalho da CPI.

O relatório de Soraya sugere o indiciamento de 16 pessoas, entre elas, as influenciadoras digitais Virgínia Fonseca e Deolane Bezerra, acusadas de promover casas de apostas sem cumprir exigências legais. A defesa de Virgínia, em nota, reagiu com "surpresa e espanto" à proposta de indiciamento, destacando que outras influenciadoras não foram citadas no parecer, mesmo tendo atuado da mesma forma. "Confiamos no justo discernimento dos senadores da CPI e que a influenciadora receba o mesmo tratamento dado aos demais", afirmou a nota.

A tensão se refletiu também na sessão final da CPI, marcada por um bate-boca entre o senador Eduardo Girão e o presidente do colegiado, Dr. Hiran (PP-RR). Girão insinuou que haveria "denúncia de corrupção envolvendo parlamentares". O presidente da comissão não gostou. "Quando o senhor diz isso, o senhor me agride. Eu não aceito isso", reagiu Hiran. Girão rebateu: "Os dados são públicos". Hiran insistiu para que ele citasse nomes: "Diga o nome ou o senhor está esquecido?". Girão alegou que os nomes estavam em um relatório paralelo que não foi votado. Hiran então subiu o tom: "Sente aqui. Vá ser presidente de alguma coisa e deixe de ser coadjuvante". A discussão foi encerrada com o microfone cortado.

Apesar da rejeição do relatório, Soraya afirmou que o material será reaproveitado em uma série de projetos de lei que ela apresentará nos próximos dias. Um dos principais propõe a criação de um cadastro único de apostadores, com renovação obrigatória a cada seis meses. "Esse cadastro permitirá saber a idade, frequência e valor médio das apostas, além de possibilitar bloqueios de CPFs. É como uma carteira de motorista: só joga quem estiver regularizado",

explicou.

Outra medida será a proibição do uso de pessoas, pets e influenciadores reais ou virtuais em propagandas de sites de apostas. Soraya alertou para o uso de inteligência artificial e personagens digitais que estimulam o consumo disfarçadamente. "Já tem cachorro digital promovendo bet. Isso é inaceitável. A propaganda precisa seguir o modelo do cigarro e do álcool: mostrar apenas o produto, sem apelo emocional."

A senadora também propõe alterações na tributação do setor. Embora o governo tenha estabelecido uma alíquota de 18%, Soraya defende algo maior, citando o princípio da seletividade tributária. "Cigarro paga 265%, bebida alcoólica 60%. As bets não geram empregos, causam dependência e ainda sonegam. Têm que pagar mais", disse. Ela também quer proibir incentivos fiscais a essas empresas, concedidos por prefeituras para atrair investimentos. "É compreensível a intenção de arrecadar, mas estamos falando de uma atividade que causa dano social. O incentivo tem que ser vetado."

Entre os projetos, Soraya incluirá a correção do valor da outorga, hoje fixado em R\$ 30 milhões para até três plataformas, sem previsão de reajuste monetário. "Esse valor virou troco. Vamos propor atualização e escalonamento de acordo com o volume de operações", afirmou. Ela também defende que a **Receita Federal** cobre **impostos** retroativos das empresas que já atuavam no país antes da regulamentação. Segundo dados da própria Receita apresentados à CPI, o país teria deixado de arrecadar ao menos R\$ 15 bilhões em 2023.

Para garantir o cumprimento da lei, Soraya pretende apresentar um projeto que amplie os poderes da Anatel, permitindo o bloqueio de sites de apostas estrangeiros. A inspiração vem dos Estados Unidos, onde o acesso a cassinos online de fora do país é quase impossível, mesmo viaVPN. "Já temos a tecnologia. Vamos atrás dessas soluções para proteger os brasileiros", afirmou.

Apesar do clima tenso, Soraya afirmou que prefere agora seguir com o trabalho legislativo. "Estava muito difícil trabalhar daquele jeito. Agora podemos pôr a mão na massa. Hoje, mais do que nunca, temos clareza do que precisa ser feito. Vamos regulamentar, taxar com justiça e proteger as famílias brasileiras".

Estagiária sob supervisão de Edla Lula

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/06/13/all.pdf>**

# Motta pauta votação de decreto do IOF

» **DANANDRA ROCHA** » **WAL LIMA**

Após reunião de líderes, ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republica-nos-PB), retomou as críticas ao pacote fiscal alternativo do Executivo para o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Disse que pautará, na próxima segunda-feira, a votação do requerimento de urgência do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 314/2025, que busca sustar os efeitos do novo decreto presidencial que elevou as alíquotas de IOF. A iniciativa, capitaneada pela oposição, pode abrir caminho para que o conteúdo do decreto seja votado diretamente no plenário da Casa.

O movimento pressiona o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e intensifica o clima de tensão entre o Executivo e o Legislativo. O novo decreto, publicado na noite de quarta-feira como parte do novo pacote fiscal, revogou parcialmente o aumento do IOF anunciado em maio, mas manteve a elevação das alíquotas. Como compensação, o governo editou uma Medida Provisória (MP) com cortes de gastos modestos e de medidas de aumento de **tributos**, principalmente, sobre fundos exclusivos, apostas esportivas, fintechs e letras de crédito dos setores agrícola (LCA) e imobiliário (LCI).

Parlamentares da oposição criticaram o decreto, acusando o governo de aumentar **impostos** sem promover cortes significativos nas despesas. Partidos como PL, Novo, Republicanos, Progressistas e União Brasil sinalizaram apoio ao PDL. O PSD, que integra a base governista, ainda negocia posição.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), buscou reduzir o tom da crise. Segundo ele, a votação da urgência não antecipa o mérito

do projeto e reforçou que o Executivo está disposto a negociar. "Vamos buscar os entendimentos até segunda-feira. O decreto é emergencial, necessário para evitar contingenciamentos, inclusive de emendas parlamentares. Vou encaminhar voto contrário à urgência, por razões óbvias", declarou.

Guimarães também reconheceu que a base aliada foi surpreendida com a MP enviada pelo governo, mas disse que há tempo para o debate. "Toda medida provisória tem 120 dias para ser discutida. Não é diferente desta vez."

Já o líder do PT na Casa, deputado Lindbergh Farias (RJ),

alertou que a rejeição do decreto pode ter efeito contrário ao pretendido pela oposição. "Se esse decreto cair, volta a valer o anterior, que era muito mais duro. Parece uma medida meio inconsequente. Esperamos convencer o Parlamento até o início da próxima semana."

Logo pela manhã, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também se pronunciou sobre o impasse. Em entrevista aos jornalistas, garantiu que o pacote fiscal não trará prejuízos à população de baixa e média renda. Segundo o ministro, o objetivo é corrigir distorções no sistema tributário e compensar a perda de arrecadação causada pela

revogação parcial do IOF. "Parece que estamos mexendo com o dia a dia da população, mas é o contrário. Estamos isentando quem ganha até R\$ 5 mil e reduzindo **impostos** para quem recebe entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil", afirmou. "As medidas atingem grandes players como bancos e casas de apostas, que hoje pagam menos do que deveriam."

Haddad criticou a desigualdade na tributação entre instituições financeiras e defendeu o nivelamento das regras. "Por que o Nubank paga menos imposto que o Bradesco? São instituições do mesmo porte. A medida não aumenta imposto, ela nivela o jogo", pontuou ele, defendendo

o aumento da taxa sobre as bets. "É um setor que não gera empregos", afirmou.

O ministro também reforçou a estratégia de articulação política do governo. "A articulação está funcionando. Vamos continuar conversando para garantir que as medidas avancem. Há compromisso com responsabilidade fiscal e social", afirmou. Haddad ainda disse estar disposto a debater publicamente com setores atingidos pelas mudanças. A expectativa do governo é de que as medidas tramitem até agosto, prazo necessário para que entrem na proposta de Orçamento de 2026. A arrecadação adicional prevista é de R\$ 20 bilhões.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/06/13/all.pdf>

# Jogo de empurra à beira do abismo (Editorial)

Evidentemente pressionado por seus pares, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos- PB), decidiu confrontar o governo Lula da Silva.

Por meio de suas redes sociais, ele anunciou que vai pautar a urgência de um projeto para derrubar o decreto presidencial que reduziu os efeitos da elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre crédito, câmbio e seguros.

O curioso é que a publicação do novo decreto havia sido pactuada numa reunião entre a cúpula do Congresso e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no fim de semana passado. O encontro, por sinal, tinha como objetivo discutir alternativas ao primeiro decreto, que gerou muita insatisfação no Legislativo e levou Motta a considerar a possibilidade de pautar um projeto de decreto legislativo para sustá-lo.

Se na noite de domingo Hugo Motta chegou a classificar a reunião como "histórica", já na manhã de segunda-feira ele havia mudado radicalmente de tom. Primeiro, disse não haver compromisso da Câmara na aprovação das medidas propostas; ao longo da semana, passou a cobrar do governo que fizesse o "dever de casa" e propusesse medidas para cortar gastos; ontem, retomou a estratégia do decreto legislativo.

A Medida Provisória (MP) que o governo acaba de editar, também resultado da reunião de domingo passado, tampouco foi bem recebida pelo Legislativo. As novas propostas atingiram o agronegócio, a construção civil e o setor de infraestrutura, que têm acesso fácil a lideranças da Câmara e do Senado.

A MP estabelece uma alíquota de Imposto de Renda de 5% para títulos que hoje gozam de isenção, como as Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA) e as debêntures incentivadas. Mesmo com a mudança, esses papéis permanecerão mais atraentes que outros produtos financeiros semelhantes. Mas, segundo os setores afetados, o custo do financiamento imobiliário, do Plano Safra e dos investimentos em infraestrutura vai aumentar.

Fintechs tampouco gostaram de saber que não estarão mais sujeitas a uma alíquota de 9% no

recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), mas a 15% ou 20%, a mesma aplicada aos bancos tradicionais, com os quais elas concorrem. Alegam que a medida vai comprometer a inclusão financeira e dificultar a oferta de serviços gratuitos aos mais pobres.

As bets, por sua vez, afirmam que o aumento de **tributos** sobre o faturamento, que passará de 12% para 18%, pode comprometer a competitividade de um segmento e ampliar a clandestinidade, abrindo espaço para a atuação de plataformas não licenciadas.

Sensível a essas demandas, o Congresso assumiu um discurso segundo o qual a sociedade não aceita mais medidas que aumentem **impostos**, contrapondo-se à saga do ministro da Fazenda em defesa da equalização das taxas, da correção das distorções e da promoção da justiça fiscal.

Ora, é muito fácil para o Legislativo bater o pé contra a alta de **impostos** sem oferecer nenhuma alternativa para mitigar o desequilíbrio estrutural entre receitas e despesas, que dura ao menos dez anos. Pelo contrário, o Congresso tem sido o porto seguro de lobistas dos setores que seriam afetados caso houvesse medidas para estancar a sangria de recursos públicos.

Por outro lado, caberia ao presidente da República, principal liderança política do País, estimular o debate sobre questões cruciais, como o tamanho do Estado e a qualidade do gasto público.

Sendo Lula da Silva o presidente, contudo, esse debate jamais ocorrerá - e o ministro Fernando Haddad terá cada vez menos credibilidade, porque representa um governo sem nenhuma vontade de cortar gastos.

Para resumir, tanto o presidente Lula quanto os líderes do Congresso parecem fingir que o problema não existe.

Em nenhum momento do entretanto entre o governo e os parlamentares as partes deram a entender que sabem da gravidade da questão. O meteoro fiscal está prestes a cair no Brasil, mas nossas lideranças escolheram não olhar para cima.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Afinal, o que quer o Congresso? - VERA MAGALHAES

**VERA MAGALHAES**

A semana marca um ponto de quase ruptura na relação entre o governo Lula e o Congresso, que já não era das melhores. O que começou, nas palavras do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na madrugada de domingo para segunda-feira, com uma "reunião histórica" termina com um ultimato. O que falta entender, além do motivo para a maionese ter desandado, é: o que querem Câmara e Senado em termos de corte de gastos?

É fácil encher a boca para dizer que o Executivo tem de fazer o dever de casa e demonstrar disposição em fazer cortes estruturais nos gastos primários, mas, a cada tentativa do governo, retrucar com um "aqui não", como tem sido o comportamento de deputados e senadores nos últimos anos.

Mais que isso: sempre que podem, os fiscalistas de redes sociais que habitam o Parlamento dão um jeitinho de aumentar os gastos públicos, em vez de reduzi-los. O céu não tem sido o limite para aumentos de repasses para emendas, fundos eleitoral e partidário, salários e vencimentos dos próprios parlamentares, como propugna um projeto apresentado pelo próprio Hugo Motta acabando com a vedação ao acúmulo de aposentadorias para parlamentares com mais de 65 anos e vencimentos por mandatos em curso.

Portanto há que ver com bastante reserva o surto fisca-lista que acometeu o Congresso nesta semana. Fosse ele real, não só propostas como essa nunca poderiam estar na mesa, como os próprios comandantes das duas Casas deveriam se reunir com o Executivo para, juntos, chegarem a uma medida robusta dos tais cortes estruturantes.

E isso exigiria que os mesmos deputados e senadores tivessem firmeza para bancar as medidas diante dos grupos de pressão que também adoram lançar manifestos pela responsabilidade fiscal, mas não aceitam discutir cortes que atinjam alguns de seus benefícios.

Como não parece ser a preocupação genuína com o equilíbrio das contas públicas que explica a deterioração em poucos dias da relação antes descrita como boa entre Haddad e Motta, as hipóteses

parecem ser antes políticas que fiscais. E, para fazer frente a isso, o governo Lula parece cada vez mais desguarnecido.

O ministro da Fazenda tem refutado as acusações de que não combinou antes com os russos que enviaria outras medidas de aumento de **tributos** sobre aplicações para compensar o recuo no aumento do IOF. A interlocutores, Haddad diz que as linhas gerais da Medida Provisória do Imposto de Renda sobre alguns títulos foram tratadas na reunião de domingo e que a prova seria a entrevista concedida na madrugada ao lado de Motta e Davi Alcolumbre.

A virada de humor dos presidentes da Câmara e do Senado veio depois que o dia amanheceu, e ficou claro que as reações continuavam pesadas do lado do setor produtivo, com bets, setor financeiro e agronegócio puxando o coro dos indignados.

Ao marcar para segunda-feira a votação da urgência dos projetos de decreto legislativo que derrubam a versão amenizada do decreto do IOF, Motta manda um recado indubitável: o caminho para o entendimento entre os dois lados da Praça dos Três Poderes se estreitou dramaticamente, a um ano e meio do fim do governo.

Próceres do setor financeiro têm elevado o tom de voz para decretar que o mercado já "precificou" que Lula perderá a eleição. A rodada de pesquisas Datafolha e Ipec nesta quinta-feira circulou nas mesas da Faria Lima como um elemento a mais a corroborar essa aposta. Dadas as agruras da direita bolsonarista, parece cedo para esse wishful thinking.

Mas, ainda assim, esse clima de fim de festa é fatal para que o governo restabeleça os canais interditados com o Congresso. Será preciso a Haddad e à articulação política de Lula, que parece intimidada e inerte diante do incêndio, sair das cordas e apresentar algum plano de reação que permita ao país sair do impasse e avançar.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Setor produtivo publica manifesto contra MP e pede 'firmeza' ao Congresso

**BRUNA LESSA**

Entidades que representam a indústria, o comércio, a agropecuária, os transportes e outros setores econômicos criticaram ontem a nova medida provisória (MP) publicada pelo governo federal para substituir o aumento do

Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Para o grupo, a proposta representa mais um aumento na carga tributária e ignora o principal desafio fiscal do país: o controle dos gastos públicos.

A MP, publicada na noite de quarta-feira em edição extra do Diário Oficial da União, foi apresentada como uma alternativa negociada entre o Executivo e o Congresso após críticas ao decreto que elevava o IOF.

Entre as mudanças, o governo unificou o Imposto de Renda em 17,5% para diversas aplicações financeiras, retirou isenções para investimentos como LCI e LCA, e aumentou a taxa sobre sites de apostas (bets), de 12% para 18%. Ao mesmo tempo, reduziu a alíquota do IOF sobre crédito para empresas e trouxe ajustes em operações com fundos e previdência privada.

## 'SOLUÇÕES IMEDIATISTAS'

Apesar das alterações, o setor produtivo vê a medida como uma forma de arrecadar mais sem transparência sobre os impactos fiscais. Em nota, as entidades afirmam que o governo insiste em "soluções imediatistas", que penalizam quem produz e consome, em vez de enfrentar o "verdadeiro desafio estrutural do país".

"O governo parece não ter compreendido o alerta recente, quando editou decreto elevando alíquotas do IOF, de que não há mais espaço para improvisos, aumentos pontuais de **tributos** e penalização recorrente de quem produz e também de quem está consumindo no dia a dia, com o encarecimento de preços de escolas, viagens, alimentos, entre outras coisas", diz o texto.

O grupo também lamenta a falta de clareza do Ministério da Fazenda sobre o impacto fiscal da MP. O valor estimado de arrecadação com o pacote anterior era de R\$ 61 bilhões em dois anos, mas, após recuos, o total deve ser menor -sem que os números exatos

tenham sido detalhados.

Na nota, as entidades dizem confiar que o Congresso tenha a "mesma firmeza" que demonstrou ao reagir ao decreto do IOF e defendem que o governo atue com mais previsibilidade e responsabilidade fiscal.

Assinam o documento Fin (setor financeiro), CNA (agropecuária), CNI (indústria), CNC (comércio), CNT (transportes), CNSaúde (saúde), Abrainc (construtoras), Abrasca (companhias abertas) e CNseg (seguros).

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Emendas viram cabo de guerra em debate sobre substituto ao IOF

A porém, dizem que, ao fim, em sua fala para imprensa, Had-dad só anunciou medidas que tinham recebido o aval das lideranças do Congresso.

No domingo, o encontro acabou com o anúncio de alinhamento para apresentação das medidas. Na conversa com os congressistas, Had-dad anunciou que a MP vai afetar investimentos que hoje são isentos de Imposto de Renda (IR), como Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA). O ministro argumentou que esses títulos continuarão a ser incentivados, pois a alíquota de 5% ainda será inferior à de papéis semelhantes.

Segundo parlamentares ouvidos pelo GLOBO, a taxa de títulos de renda fixa, que hoje são isentos de **impostos**, é o maior entrave.

Uma ala do governo vê aumento da pressão sobre deputados de setores que serão atingidos pelas alíquotas no momento em que os parlamentares subiram o tom para aceleração no pagamento de emendas pelo governo.

## ACÚMULO DE APOSENTADORIA

Em outra frente, Motta, que tem defendido a necessidade de uma revisão de gastos como caminho para atacar o problema fiscal, apresentou projeto que permite a deputados aumentarem seus rendimentos. A proposta acaba com a vedação ao acúmulo da aposentadoria parlamentar e o exercício de cargos no legislativo, em nível estadual ou municipal. O texto foi protocolado pela Mesa Diretora da Câmara, presidida por Motta, e é assinado por representantes de PT, PL, União Brasil e PP. A justificativa é que a vedação "é incompatível com os critérios de isonomia e legalidade, que perpetua uma discriminação indevida".

Hoje, deputados aposentados por terem mais de 65 anos não podem acumular suas aposentadorias com o que recebem pelos mandatos em curso. Prefeitos que se aposentaram como deputados também não podem receber a soma dos vencimentos -o que o projeto tomaria possível.

O texto prevê gratificação de fim de ano para parlamentares aposentados e pensionistas. Hoje, o salário de um deputado é de R\$ 46.366,19. O projeto não traz expectativa de impacto orçamentário.

Não há previsão para que o projeto seja levado ao plenário nem para que seja pautado requerimento de urgência.

A solicitação dos parlamentares teria ocorrido antes das discussões sobre o pacote fiscal. A aliados, Motta sinalizou que não há chance de um requerimento de urgência sobre o tema ser pautado neste momento.

As emendas parlamentares se converteram em uma espécie de cabo de guerra entre Executivo e Legislativo diante do impasse em tomo do caminho para substituir o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Ontem, líderes governistas argumentaram que, se o Congresso derrubar o decreto que aumenta o IOF, o governo terá de congelar o pagamento de emendas parlamentares.

- Se não tiver essas soluções que o ministro Haddad está apresentando, sabe o que vai acontecer no dia 21? Novos cortes e novos contingenciamentos. O contingenciamento e corte será linear, atinge todas as despesas discricionárias, inclusive as emendas parlamentares - disse líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). -Portanto, o caminho para buscar a melhor solução é o caminho do diálogo.

O líder do PT na Casa, Lindbergh Farias (RJ), adotou discurso similar.

- Se for votado o PDL (projeto de decreto legislativo), só há um caminho para o governo: contingenciar emendas e recursos -disse.

As declarações contrastam com o esforço do governo nesta semana para pagar emendas. O Palácio do Planalto trabalha para finalizar os cálculos das emendas parlamentares que serão pagas até o fim desta semana para conter a reação negativa do Congresso ao pacote fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Integrantes do governo dizem que somente na quarta-feira foram pagos R\$ 250 milhões em emendas de 2025. Há um entendimento de que as críticas às medidas da Fazenda são, em parte, consequência da demora na liberação de pagamentos, em razão do atraso na aprovação do Orçamento e da burocracia da máquina federal.

## EMENDASTRAVADAS

Têm sido relatadas também reclamações em relação ao travamento de emendas no Ministério da Saúde. Por causa disso, o governo tem tentado acelerar a liberação dos recursos. Integrantes da equipe de articulação política também entraram em campo para conversar com líderes.

-Entre a aprovação, sanção e o início de execução das emendas, temos um processo a cumprir, principalmente depois das decisões do Supremo Tribunal Federal, do ministro Flávio Dino. Tivemos que adaptar todos os sistemas, e tem o processamento das emendas. Demora um tempo mais. Mas os prazos de processamento dados aos ministérios encerraram na sexta-feira. Então, já estamos fazendo o empenho dessas emendas e já vamos começar a pagar a partir deste final de semana -disse a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, na quarta-feira.

O governo admite mudança de clima da reunião de Haddad no domingo com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolombre (União Brasil-AP), e líderes da base aliada.

Participantes da reunião,

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Política é de "imobilidade social", diz economista

**Lucianne Carneiro Do Rio**

Os dados recentes de queda de desigualdade no Brasil em 2024- graças a mercado de trabalho aquecido, programas sociais e reajuste real do salário mínimo-são comemorados pelo pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcos Hecksher, estudioso de mercado de trabalho e de desigualdades. Na avaliação dele, o programa Pé-de-Meia já contribuiu para esse movimento e há sinais de que há maior conclusão de ensino médio em 2025 entre os que foram beneficiados pelo programa em 2024.

O Brasil permanece, no entanto, lamenta, com uma estrutura de Imposto de Renda para a pessoa física em que ricos pagam proporcionalmente menos **impostos** que o resto da população, no que ele chama de "política de imobilidade social".

"É como se fosse uma política pública dizendo que ajuda quem está no topo a permanecer ali. E, para quem não está no topo, cobra mais imposto para atrapalhar a subida. É assim que funciona atualmente nossa tabela do Imposto de Renda. Corrigir isso é fundamental", defende.

Para Hecksher, os ajustes propostos pelo Ministério da Fazenda, após reunião com líderes do Congresso, são cuidados no aspecto distributivo e concentram o sacrifício em rendas financeiras isentas ou desoneradas e jogos de azar.

"Há quem prefira cortar em benefícios aos mais pobres, mas isso tornaria o ajuste injusto. Nós, que temos aplicações isentas com um dos juros mais altos do mundo, devíamos aceitar algum sacrifício em vez de pedir que ele se concentre nos mais pobres", diz.

Em 2024, a renda dos mais pobres subiu mais que a dos mais ricos, aponta o economista, ao lembrar que "as desigualdades caem" quando isso ocorre. A renda da parcela dos 20% mais pobres da população cresceu em ritmo de dois dígitos no ano passado, ante 2023, enquanto o aumento entre os 10% mais ricos ficou abaixo da média nacional de 4,7%.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Rendimento de todas as fontes 2024, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), mostra que essa parcela dos 10% de maior renda foi a única entre os diferentes grupos de rendimento com velocidade menor de expansão que a da média.

Hecksher cita a expansão do emprego e da renda, especialmente no setor formal, como fator que contribuiu para a redução da desigualdade, assim como um melhor foco das políticas sociais para os brasileiros mais pobres. A parcela do Bolsa Família recebida pelos 20% mais pobres da população tinha diminuído de 64,4% em 2019 para 47,6% em 2022, por causa da expansão da pandemia, que passou a alcançar mais pessoas no meio da distribuição. Entre 2022 e 2024, houve melhora no Cadastro Único e criação de benefícios para famílias com crianças, o que melhorou a focalização, e agora novamente mais da metade dos recursos vai para esse grupo (51,7%), de acordo com seus cálculos.

Perguntado sobre eventual

efeito da ampliação do Bolsa Família na busca por trabalho e o que chama de "efeito preguiça" em seus textos, o pesquisador do Ipea afirma que os sinais mais gerais da economia - como aumento do emprego formal em todas as faixas de renda e redução do desemprego, principalmente entre os mais pobres - apontam que a política social "não está atrapalhando", embora reconheça que possam existir casos pontuais.

Para tratar do tema, cita trabalho de François Gerard, Joana Naritomi e Joana Silva que será publicado na revista "Econométrica" e que mostra que municípios onde houve maior expansão do Bolsa Família tiveram aumento maior do emprego formal.

Os dados, no entanto, avaliam o programa de antes da pandemia e Hecksher concorda que o aumento do valor e a ampliação da cobertura do benefício justificam que se volte à questão, mas que até agora os estudos sobre o tema não "têm a mesma qualidade". Ao mesmo tempo, o pesquisador critica a reincidência desse debate: "É uma pergunta recorrente. Sempre se pergunta se o Bolsa Família deixa os pobres mais preguiçosos, embora não se pergunte muito se os juros e as isenções fiscais deixam os ricos preguiçosos."

Dados da Declaração de Incentivos, Renúncias,

Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária, a DIRB, mostram um valor de R\$ 400 bilhões em isenções, desonerações e renúncia fiscal para empresas de janeiro de 2024 a fevereiro de 2025, dado mais recente. "Isso dá mais de R\$ 4 milhões por empresa, sem necessariamente reverter em desenvolvimento. Não avaliamos com o mesmo cuidado se isso gera efeito preguiça nas empresas", diz.

Neste contexto, defende que o esforço de ajuste fiscal se dê mais por revisão de emendas parlamentares, isenções e benefícios tributários a empresas que pelos gastos com políticas sociais.

"Há muito lugar para fazer ajuste fiscal. Mas quem é beneficiado pelas emendas e pelas isenções é ouvido diretamente e diariamente pelo Congresso, enquanto quem recebe Bolsa Família só é ouvido a cada dois ou quatro anos, no voto. Isso é desequilibrado", afirma.

Ao tratar do controle da **inflação**, o economista lembra que a meta do país está mais ambiciosa e que a Constituição prevê o controle da **inflação**, mas também a redução das desigualdades.

"A meta de **inflação** não é única e não se pode perseguir uma meta sacrificando outra. Deixar os pobres mais pobres é a pior maneira de gerar equilíbrio fiscal e combater a **inflação**", nota.

Para Hecksher, a desigualdade de renda no Brasil "não é por acaso, mas fruto de políticas adotadas por anos seguidos". Na visão dele, é preciso que a redução das discrepâncias entre os brasileiros também venha por meio de tributação mais justa, e não só por políticas sociais voltadas aos mais pobres.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188230?page=20&section=1>

# Governo prepara MP para reduzir impostos de chips para "data centers"

B6

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188230?page=12&section=2>**

# STJ isenta impostos na ZFM ao consumidor

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve, em decisão unânime e sem possibilidade de recursos, a isenção dos **impostos** PIS/ Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**) para as operações de comércio e serviços a pessoas físicas e jurídicas na Zona Franca de Manaus (ZFM).

A sentença, proferida na quarta-feira (11), negou os argumentos da Fazenda

Nacional, que buscava o fim da isenção e o recolhimento dos **tributos**. Caso fosse aceita, a medida ocasionaria aumento da carga de **impostos** e, conseqüentemente, nos preços dos produtos e de serviços oferecidos dentro da ZFM. Com a manutenção da isenção de PIS/Cofins não há impacto para a economia do Amazonas e chega ao fim a insegurança jurídica a que as empresas locais estavam sujeitas.

**Site:** <https://d24am.com/wp-content/uploads/2025/06/4c3756f20750775edf0a63529d0e88dda0d822aa021213867922c56268a822fb.pdf>

# Mexer nas despesas é inevitável, dizem analistas

Especialistas afirmam que governo terá de enxugar gastos obrigatórios e alterar regras fiscais para equilibrar Orçamento. Salário mínimo, reformas administrativa e da Previdência, isenções fiscais e benefícios sociais são alternativas citadas

O governo e o Congresso estão em uma queda de braço para ajustar as contas públicas. O Ministério da Fazenda já propôs aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mas acabou voltando parcialmente atrás, depois da resistência do Congresso. Apresentou outra proposta de cobrança de Imposto de Renda sobre títulos ligados aos setores agro e imobiliário, mas o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já se pronunciou contrário ao projeto. Os parlamentares exigem corte nas despesas.

Em um Orçamento comprometido por despesas obrigatórias e gastos vinculados ao crescimento da receita, como ajustar as contas públicas? O

governo tem acenado com algumas opções, e economistas afirmam que o que precisa ser revisto já está mapeado. Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, frustrou-se com falta de medidas de corte nas propostas do governo. Ele diz que será inevitável mexer nos pisos de Saúde e Educação e nos gastos tributários, que podem chegar a 8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) se forem incluídas os estados.

Outro foco de atenção é a despesa previdenciária. Mesmo tendo sido feita uma reforma em 2019 que restringiu o acesso a aposentadorias e pensões, Vale diz que será necessário desvincular os pisos previdenciários do salário mínimo.

Marcus Pestana, diretor-presidente da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirma que é preciso uma revisão geral dos gastos, mas cita como mais urgentes as isenções fiscais, os gastos vinculados, como os pisos de Saúde e Educação, e reforma da Previdência e administrativa:

-O governo já fez ajustes pela receita em 2023. E agora tenta de novo. É inevitável um ajuste estrutural no gasto. Não tem bala de prata. Tem de ser um conjunto de medidas que busquem equilibrar e flexibilizar o Orçamento, recuperar vigorosamente a capacidade de investimento e estancar o crescimento

da dívida.

Mas mexer em algumas despesas como a vinculação do piso previdenciário ao salário mínimo e os pisos de saúde e educação exige mudar a Constituição. E outras, como emendas parlamentares e isenções tributárias sofrem forte resistência no Congresso.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Estamos tentando cobrar alguma coisa dos ricos para corrigir o país, diz Lula

*Ruan Amorim e Cibelle Bouças De Brasília e Mariana (MG)*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reafirmou durante evento ontem em Mariana (MG) que o governo federal defende cobrar mais Imposto de Renda (IR) de quem ganha acima de R\$ 1 milhão por ano, para que seja possível isentar o IR dos brasileiros que recebem até R\$ 5 mil por mês. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a alíquota efetiva média de IR de quem ganha mais de R\$ 1 milhão por ano é de 2,5%.

"Estamos tentando cobrar alguma coisa dos ricos. Estamos dizendo que, para quem ganha até R\$ 5 mil não pagar imposto [de renda], quem ganha acima de R\$ 1 milhão por ano tem que pagar alguma coisa. Estamos tentando corrigir esse país", disse Lula.

O presidente acrescentou que o governo concede R\$ 860 bilhões em isenções fiscais para empresas no país. "Agora, o que a gente dá para eles [empresários] é [visto como] investimento, o que a gente dá pra vocês é [visto como] gasto. Tem uma sina nesse país que quem nasce pobre tem que morrer pobre. Tem uma sina nesse país que a gente não pode sonhar em comer bem, vestir bem, morar bem. Tudo pra nós tem que ser o resto", disse.

Lula rebateu críticas sobre os reajustes no salário mínimo e nas aposentadorias. "Falam que é preciso separar o aumento do salário mínimo não pode ser aumentado para quem é aposentado. Quando a gente dá a **inflação**, a gente não está dando aumento, está apenas fazendo uma recomposição do salário. Quando a gente dá aumento? Quando o **PIB** [Produto Interno Bruto] tem crescimento, é o resultado daquilo que a gente tem capacidade de produzir. Se o **PIB** cresceu 3%, 4%, temos que distribuir esse crescimento para o povo brasileiro. Aí você vê os empresários brigando, "o governo gasta demais", "o governo dá benefício previdenciário demais", "gasta muito com pobre"", disse Lula.

"Tem uma sina nesse país que quem nasce pobre tem que morrer pobre"

Lula

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188230?page=20&section=1>**

# Embate pode trazer mais uma derrota política para o governo (Editorial)

As chances de aprovação de um remendo fiscal, o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras, para compor receitas que permitissem ao governo cumprir o piso da meta (déficit de R\$ 31 bilhões) já eram ruins antes e ficaram ainda piores com a extensão de aumento de **impostos** para títulos privados antes isentos. Opções ao aumento do IOF foram debatidas com os partidos da base governista em reunião no domingo, classificada de "histórica" pelos participantes, entre eles Hugo Motta (Republicanos-PI), presidente da Câmara dos Deputados, e Davi Alcolumbre (UB-AP), presidente do Senado. Na segunda-feira, Motta afirmou que o Congresso não se comprometeria com a aprovação das alternativas. Ontem, em reunião com os líderes bancada, Motta anunciou que colocará em votação projetos de decreto legislativo que derrubam a versão amortecida do aumento original do imposto. É possível que ela seja rejeitada.

Desde a presidência de Arthur Lira (PP-AL) na Câmara, os partidos do Centrão têm mostrado rejeição a novos aumentos da carga tributária para sancionar gastos de um governo composto por um partido minoritário no Legislativo, cujo presidente tentará se eleger pela quarta vez para comandar o país. Por oportunidade ou convicção, essas legendas se alinham com um sentimento difuso e amplo de que a carga de **impostos** do país é excessiva e não deveria aumentar mais. Vários números dão base a esta percepção. Até agora, em seu terceiro mandato, o governo Lula conseguiu receitas extras de R\$ 170 bilhões (O Globo, 9-6), enquanto exibe seguidamente déficits e sempre busca o resultado mais flexível da meta fiscal, seu piso, no controle orçamentário.

O governo mudou o regime fiscal por ele próprio criado antes de seu primeiro ano, para não ter de obter qualquer superávit nas contas públicas durante quatro anos. Como terá de zerar o déficit em 2026, ano de eleições, saiu em busca de mais arrecadação, com planos de coletar R\$ 20 bilhões em 2025 e R\$ 41 bilhões no ano que vem com a alta do IOF, para não ter de cortar despesas, que seguem crescendo.

O regime fiscal não foi feito para reduzir despesas, mas, sim, para disciplinar e garantir seu crescimento. Isso não aconteceu, como mostra agora a perspectiva de um apagão na máquina pública em 2027, constante das projeções dos orçamentos futuros de 2026. A

intenção do regime era que gastos produzissem crescimento maior da economia, como ocorreu, que traria maior arrecadação - ela foi recorde nos últimos dois anos - e, pela regra fiscal, tudo isso se traduzisse em aumento de despesas acima da **inflação** de até 2,5%, com um mínimo de 0,5%, houvesse ou não bom desempenho das receitas federais.

Os desejos do presidente Lula ajudaram a arruinar o frágil esquema do regime fiscal. Os aumentos reais do salário mínimo atingiram em cheio a metade dos gastos do Estado (Previdência, BPC, auxílio-desemprego, abono salarial) e a correção pela receita dos gastos com educação e saúde contribuiu para que as despesas obrigatórias comprimissem as demais. Essa contradição chegou ao paroxismo agora: o orçamento não fecha, e conseguir mais receitas bateu em uma dura muralha de rejeição no Legislativo.

A tentativa de aumentar o IOF foi um erro grave. Até a ascensão de Gabriel Galípolo ao comando do Banco Central, o Planalto criticou os juros altos e praticou uma política fiscal expansionista que antagonizava a autoridade monetária. Pois diante de taxas muito contracionistas o governo propôs uma medida que encarecia ainda mais o crédito. Incredulidade e rejeição em vários setores da economia levaram ao recuo, quando o presidente da Câmara lançou ao governo uma via de salvação: reformas "estruturantes" e corte de gastos. É verdade que o próprio Congresso não age para cortar gastos. Anteontem, por exemplo, a Mesa Diretora da Câmara propôs um projeto de lei que permitiria aos parlamentares acumular salários e aposentadorias.

O pacote alternativo apresentado pelo governo não contemplou nem reformas nem corte de gastos. O corte de gastos tributários tem especificidades que exigem mais elaboração nos projetos de redução, o que justifica sua protelação. Mas não há sinal de redução de despesas, apenas mais tributação. Os partidos da "base" que se reuniram com o governo no domingo se recusam agora a apoiar as medidas, a começar pelo União Brasil, acompanhado de PP, PSD, todos com cargos ministeriais, e PL, da oposição. Novas investidas do ministro Flavio Dino, do STF, contra as emendas estimularam em alguma medida a recusa do Legislativo.

Há um risco de o governo conseguir aprovar muito

pouco do que apresentou. O presidente Lula, que patrocinou o encontro com o Legislativo para discutir a questão, está calado. Como nunca pretendeu reduzir os gastos públicos e rejeitou propostas nesse sentido do ministro Fernando Haddad, Lula apenas assiste a um embate que pode resultar em mais uma derrota política para seu governo. A economia, que cresce acima de seu potencial, não precisa de mais estímulos. É possível impedir a expansão das despesas obrigatórias acima das receitas e construir superávits fiscais, ainda que no início modestos. Desde que voltou ao poder, o presidente se recusa a isso.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188230?page=20&section=1>**